

AGRICULTORES DE BAIXA RENDA: INÍCIO DE UMA ATUAÇÃO NO NORDESTE

Yves Chaloult(*)

1. INTRODUÇÃO

Nos dias 18 e 19 de novembro de 1975, houve um importante seminário em Brasília sobre a "Promoção de Produtores Rurais de Baixa Renda". Mais de um ano e meio depois daquele acontecimento, pergunta-se o que foi feito na realidade para aquele que, numa linguagem ambígua, passou-se a chamar agricultor de baixa renda; e que representa a maioria dos produtores rurais do País e mais de 80% dos do Nordeste? Quais foram as conquistas recentes e quais serão os próximos passos deste homem que tem um papel-chave no que se refere ao mercado interno, sabendo que, em 1970, produzia-se, no Nordeste, 74% do milho, 70% do feijão, 79% do arroz e 82% da mandioca (IBGE, 1970)^{1/}? Até que ponto este homem participa dos benefícios do crescimento econômico da sociedade na qual está inserido, e quais são as suas perspectivas, a curto prazo, em termos políticos, econômicos e sociais?

Esta comunicação não tem a pretensão de poder responder a estas complexas e vitais perguntas, mas enseja apresentar e **divulgar** o início de uma nova e modesta atuação em favor de classes sociais nordestinas, que sempre viveram ou sobreviveram às margens de um sistema que cresceu às suas custas^{2/}. Paralelamente, espera-se também gerar debates sobre um assunto que consideramos relevante e colher idéias e comentários críticos para melhorar a estratégia e os me-

(*) O autor está atualmente trabalhando na implementação de projetos de promoção de agricultores de baixa renda, nas áreas do POLONORDESTE. Agradece a todos os colegas de trabalho e amigos que leram uma versão preliminar do trabalho, e fizeram valiosas sugestões; agradece de um modo especial aos pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros e técnicos rurais nordestinos que aceitaram dialogar durante horas a respeito de sua vivência e percepção crítica em face das suas relações diárias e concretas.

1/ Em estabelecimentos até 20 hectares.

2/ Este artigo é muito mais **descritivo** do que **analítico**, porque a intervenção na realidade está se iniciando agora. Quando for possível discernir mais claramente os primeiros resultados dessa intervenção, em termos de relações sociais e econômicas, pretendemos escrever um trabalho essencialmente analítico, na mesma linha da última parte desta comunicação.

canismos de uma atuação iniciada em 1977 que, obviamente, não resolverá os diversos **problemas estruturais** da população atingida mas que, entretanto, contribuirá para melhorar o seu péssimo nível de vida e para minimizar, por pouco que seja, as contradições nas quais está diariamente envolvida.

Numa primeira parte, exporemos brevemente a problemática do pequeno produtor rural nordestino, apresentando depois uma solução proposta em 1976 e, em seguida, uma intervenção específica nas áreas do POLONORDESTE; finalmente, analisaremos alguns dados preliminares de um Projeto experimental, em áreas de baixa renda, em Sergipe.

2. PROBLEMÁTICA DO PEQUENO AGRICULTOR NORDESTINO

2.1 — Relações Existentes

Não é objetivo deste trabalho analisar demasiadamente uma realidade já amplamente divulgada, mas devemos focalizar brevemente a problemática e as contradições do pequeno produtor rural nordestino, a fim de poder situar e visualizar globalmente o porquê e o como das **intervenções propostas**, posteriormente.

No Nordeste, tanto a agricultura comercial quanto a de subsistência têm muita importância; foram sempre interligadas, sobretudo nos períodos de crises da agricultura comercial. Por causa da formação histórica da região e do predomínio do mercado externo sobre o interno, durante séculos, a agricultura de exportação foi sempre favorecida. Conseqüentemente, a agricultura de subsistência, típica dos pequenos produtores rurais, herdou as piores terras da região e sempre recebeu muito menos incentivos governamentais do que a primeira, em termos de pesquisa, crédito, preços, mecanismos de política fiscal e outros subsídios, entretanto, o setor de subsistência, embora esteja desfavorecido, aumentou consideravelmente a sua produção, nos últimos vinte anos, graças ao uso mais intenso da terra, provocado pela pressão demográfica existente na região, de que resultou maior absorção de mão-de-obra pelos pequenos estabelecimentos. Por exemplo, os estabelecimentos agrícolas nordestinos até 10 hectares, que, em 1960, absorviam 45% da força de trabalho ocupada no setor agrícola, em 1970, absorviam 56%, o que representava, em termos absolutos, mais de 4.377.000 trabalhadores rurais (SUPLAN, 1976a:7). Esta mesma categoria de estabelecimentos propiciava em 1970 "100 vezes mais emprego, por hectare, do que propriedades de mais de 1.000 hectares" (YOUNG e CORUM, 1975:28).

Realmente, a agricultura de subsistência é relevante, não só sob o aspecto social, mas também partindo de uma perspectiva puramente econômica, porque dela se extrai diretamente um significativo excedente de alimentos, para abastecer as cidades. Sob o aspecto analítico, o aumento desses excedentes e da importância econômica da agricultura de subsistência nordestina, parece muito mais

provocado pela pressão demográfica, maior absorção de mão-de-obra, uso mais intenso da terra plantada e aumento da área plantada, do que por profundas mudanças tecnológicas ou pela maior capitalização do setor, como pode ocorrer, em outras regiões do País. Paralelamente, houve uma sensível diminuição na produtividade da mão-de-obra, de que resultaram conseqüências negativas para o nível da renda do pequeno produtor rural.

De um lado, o latifúndio se retrai como estabelecimento vinculado ao mercado, mas de um outro, permanece como grande propriedade e nele mesmo se desdobram os pequenos estabelecimentos voltados à subsistência (SÁ JR., 1975:131). Uma conseqüência deste fato a "minifundização" do setor produtivo; por exemplo, enquanto em 1960 os estabelecimentos até 10 hectares totalizavam 62% de todos os estabelecimentos nordestinos, em 1970, atingiam 68% (SUPLAN, 1976a:5). Esse último percentual seria maior se não fosse o Artigo 65 do Estatuto da Terra, complementado pelo Artigo 11 do Decreto-Lei n.º 57 de 19 de novembro de 1966, que impedem a divisão de uma propriedade, com área inferior ao módulo rural.

A obtenção do "surplus" não é principalmente conseguida ao nível dessa propriedade ou da unidade produtiva, mas sobretudo — embora não exclusivamente — ao nível da comercialização, como explica nitidamente FRANCISCO SÁ JR. (1975:126): "O mecanismo espoliativo não se estabeleceu, propriamente, dentro de uma relação do tipo patrão — trabalhador, mas sim fora da unidade produtiva. Foi da relação do tipo patrão-trabalhador, mas sim fora da unidade produtiva. Foi da relação externa de produção, ou seja, da que se estabeleceu entre o produtor e o comprador intermediário (o comerciante), que se retirou o excedente. Este equivale à diferença entre o preço pago ao produtor e o auferido pelo comerciante".

Devemos notar que a relação externa de produção não é sempre baseada numa relação comerciante-proprietário; ela pode também estar ligada a uma tripla relação de tipo comerciante-proprietário-arrendatário ou de tipo comerciante-grande proprietário financiador-pequeno proprietário, financiado pelo grande (SÁ JR., (17). Estes tipos de arranjos estimulam o processo de acumulação (DUARTE e QUEDA, (8)), beneficiando sobretudo os compradores finais que, sendo poucos, controlam facilmente os preços, principalmente no tempo da safra.

Então, o pequeno produtor rural, que dificilmente tem acesso ao crédito institucional se vê obrigado a vender sua produção "na folha" ou ainda na "boca da safra" a preços muito baixos, a isto acrescentando-se os altos juros que muitos pagam. BISERRA (1), com base numa pesquisa efetuada em Canindé, no Ceará, mostra que um elevado percentual destes produtores paga juros entre 50 a 100%, ao ano, embora outra parcela da amostra analisada na pesquisa tenha taxa de juros nula; ele acrescenta que as verdadeiras taxas de juros seriam muito mais elevadas se "computarmos a perda de renda provocada pela venda da produção, logo após a colheita, quando os preços são baixos, para quitar os empréstimos"(1).

Esta complexa realidade do homem do campo, brevemente esboçada aqui, levou diversos técnicos a se reunirem, e verificaram que os mecanismos de uma

economia de mercado como a nossa não podiam resolver os problemas do trabalhador rural, e propuseram um programa de ação, para aumentar a renda líquida desse homem, permitindo-lhe, de um lado, comercializar a sua produção de maneira mais adequada e justa, graças a um tipo de financiamento ajustado à sua própria realidade histórica, e, de outro, dando-lhe a oportunidade de se organizar para poder analisar a sua situação e defender melhor os seus interesses.

Antes de apresentar este programa de ação, vamos caracterizar brevemente o tipo de público que ele pretende atingir.

2.2 — Critérios para a Definição do Agricultor de Baixa Renda

Para poder integrar esta vaga categoria chamada de **agricultor de baixa renda**, um produtor deve preencher os quatro critérios seguintes (EMBRATER (10 e 11)):

- a) Possuir ou plantar uma área de terra não superior a 50 hectares;
- b) Morar no meio rural e ter na sua produção a principal fonte de renda;
- c) Utilizar, essencialmente, mão-de-obra familiar;
- d) Totalizar com sua exploração agrícola, uma renda bruta mensal, não superior a quatro vezes o maior valor de referência (MVR)^{3/} ou uma renda líquida mensal não superior a duas vezes o MVR^{4/}.

3. SOLUÇÃO PROPOSTA

3.1 — Histórico, Objetivo e Estratégia

Após o Seminário sobre "Promoção de Produtores Rurais de Baixa Renda", patrocinado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em novembro de 1975, o Secretário-Geral do Ministério da Agricultura assinou a Portaria n.º 024, em 2 de dezembro, constituindo um grupo de trabalho que iria analisar os resultados do seminário e formular sugestões a respeito de um possível programa, para melhorar as condições econômico-sociais dos pequenos produtores rurais. Em janeiro de 1976, o mencionado grupo, integrado por técnicos de diversas entidades governamentais, sob a coordenação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN) do Ministério da Agricultura, apresentou o "Relatório do Grupo de Trabalho para Promoção de Agricultores de Baixa Renda", formulando proposições para a ação governamental.

3/ Em 1977, o MVR é de Cr\$ 877,70.

4/ Este é o teto máximo porque, de fato, a renda familiar do pequeno produtor rural nordestino é geralmente inferior ao número do MVR referido. Por exemplo, JORDÃO (1976), num estudo sobre as **Determinantes da Renda Familiar em Áreas de Agricultores de Subsistência no Estado de Sergipe**, mostra que a média da renda líquida mensal e familiar — incluindo o valor do autoconsumo — de pequenos produtores rurais era inferior a um MVR para os produtores de até 10 hectares e menos de 2 MVR para os de 10 até 50 hectares.

O seu objetivo básico era elevar a renda líquida dos pequenos agricultores, através do aumento da produção, da produtividade e da melhoria do financiamento e comercialização dos produtos agrícolas.

A estratégia da ação se fundamentava em duas abordagens básicas: **organização** dos agricultores e intervenção institucional integrada e adequada, isto é, **assistência técnica, compra antecipada da produção** pelo governo e outros instrumentos de política agrícola.

3.2 — Metas e Recursos

Em junho de 1976, a SUPLAN terminou a elaboração do "Programa de Promoção de Agricultores de Baixa Renda", que devia atuar de 1976 a 1980, atingindo 90.000 produtores em 1977, 200.000 em 1978 e 500.000 em 1979. Abrangendo 135 municípios dos nove Estados do Nordeste, pretendia atingir meio milhão de pequenos produtores, visando a um substancial impacto, a nível de toda a região.

Os recursos necessários para o programa eram da ordem de Cr\$ 13.366 milhões, para os quatro anos de sua vigência, estimando-se um retorno de Cr\$ 12.776 milhões, provenientes da compra antecipada da produção, efetuada pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)^{5/}.

Em novembro de 1976, não havendo receptividade do lado do Conselho de Desenvolvimento Econômico, formou-se uma equipe técnica interministerial, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), a fim de reformular as necessidades e fontes dos recursos financeiros do Programa, as atribuições dos seus órgãos executores e as possibilidades de uma integração com outros programas governamentais implementados no Nordeste.

Em janeiro de 1977, a equipe precitada apresentou o seu relatório final, onde se estimava que os recursos totais do Programa poderiam ser da ordem de Cr\$ 4.833 milhões. Até junho, o Programa não tinha ainda nenhuma fonte concreta de recursos, demonstrando, uma vez mais, que um sistema baseado numa economia de mercado como a nossa, dificilmente responde de maneira satisfatória às necessidades da maioria dos "pequenos".

Um resultado positivo do grupo constituído em novembro de 1976, alcançando uma das suas metas, foi a viabilização de uma ação, a curto prazo, para um reduzido percentual da população do Programa acima descrito e a implementação de sua

5/ Prevvia-se uma reserva técnica da ordem de Cr\$ 3,200 milhões, para cobrir os óbvios riscos do programa.

filosofia, nas áreas do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).

4. ATUAÇÃO NAS ÁREAS DO POLONORDESTE

4.1 — Histórico

Em setembro de 1976, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) colocou à disposição do Brasil US\$ 28 milhões, provenientes do Fundo Fiduciário para o Progresso Social (FFPS)^{6/}, para aplicação em Projetos de desenvolvimento social. Posteriormente, soube-se que, desse montante, US\$ 7.5 milhões poderiam ser alocados para um programa, em função dos agricultores de baixa renda do Nordeste, caso os recursos fossem aplicados nas áreas do POLONORDESTE, que, concomitantemente, se comprometia a alocar um montante igual ao do BID, para implementação de diversos subprojetos de promoção de agricultores de baixa renda nos seus Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRIs)^{7/}, durante o período 1977/79. Assim, aproximadamente Cr\$ 210 milhões^{8/} seriam disponíveis, nos três anos mencionados.

Em fevereiro de 1977, as Unidades Técnicas do POLONORDESTE, elaboraram, em quatro Estados, subprojetos de promoção de agricultores de baixa renda, junto às Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), EMBRATER, COBAL e SUPLAN. O representante do BID no Brasil aprovou estes subprojetos e os enviou a Washington, onde, em junho, se iniciava o processo burocrático da liberação dos recursos.

Simultaneamente, houve seminários no mês de abril, em Brasília, e no mês de maio, em Natal, objetivando ampliar e definir melhor os subprojetos e elaborar os seus planos operacionais. Em junho, o Grupo Regional do POLONORDESTE emitiu o seu parecer favorável, para que o Grupo Especial de Brasília logo liberasse os recursos ao Ministério da Agricultura que, depois, os repassaria à COBAL e à EMBRATER, com o propósito de iniciar o trabalho do campo, em julho.

4.2 — Integração com Programa Existente

Uma dimensão valiosa da atuação, aqui descrita, é o esforço de unificação entre dois programas que tinham, basicamente, o mesmo público. Acontece que, no de-

6/ Recursos a fundo perdido.

7/ Área ou unidade de trabalho do POLONORDESTE, que, em 1977, tinha mais de 30 PDRIs nos nove Estados do Nordeste.

8/ Usando a taxa cambial (US\$/Cr\$) de junho de 1977, que é de 14 cruzeiros, por dólar, aproximadamente.

correr de sua implementação, o POLONORDESTE não atingiu sempre o seu público básico: os pequenos produtores rurais. Espera-se que o atual desempenho de integração do Programa de Promoção de Agricultores de Baixa Renda, junto ao POLONORDESTE, seja um verdadeiro fermento para este último, que deverá levá-lo a concentrar a sua atuação, em favor do estrato social para o qual foi realmente criado. Deste modo, deseja-se consolidar o POLONORDESTE, dar consistência às diversas intervenções do programa, e unificar a atuação governamental, numa região onde a maior parte da população espera ainda ter meios de poder se integrar à vida econômica, política e social da região e do País.

4.3 — Seleção das Áreas

No que diz respeito aos critérios, foram selecionados quatro Estados, onde o POLONORDESTE estava atuando, desde certo tempo, e dentro de uma integração, em nível estadual. Um outro critério fixou-se na escolha de áreas, onde havia razoável concentração de pequenos produtores rurais, com diversas formas de acesso à terra. Finalmente, deu-se preferência às áreas em que predominava o sistema de produção de milho, feijão e algodão.

Os Estados escolhidos e seus respectivos PDRI's, foram:

- a) Pernambuco: Agreste Setentrional;
- b) Paraíba: Serra do Teixeira;
- c) Rio Grande do Norte: Rural Norte: Serra do Martins;
- d) Ceará: Sertões de Quixeramobim e Médio Jaguaribe; Sertões de Inhamuns e Salgado.

4.4 — Recursos e Número de Produtores

Durante os seus três anos de implementação, os subprojetos terão, no mínimo, Cr\$210 milhões, contando com Cr\$ 70 milhões em 1977. Pretende-se atingir 20.000 agricultores de baixa renda no período 1977/79, isto é, aproximadamente 12.000 nordestinos, e no primeiro ano 10.000 produtores^{9/}. A meta para os três anos, 20.000 produtores, é obviamente baixíssima, comparada com a população do Nordeste, sendo que representa menos de 1% de todos os produtores rurais da região. O impacto da intervenção na realidade poderá ser apenas perceptível, ao nível de algumas microregiões, e não ao nível de todo o Nordeste.

4.5 — Órgãos Executores e Coordenação

O trabalho de assistência técnica e de organização dos produtores será executado, a nível de cada Estado, pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), sob a coordenação da EMBRATER. A compra antecipada da produção e a compra de excedentes serão feitas pelas Companhias Integradas de Desenvolvimento Agrícola (CIDAs)^{10/} de cada Estado, sob a Supervisão da COBAL.

9/ Deseja-se integrar aos já contemplados, 6.000 novos produtores, no segundo ano, graças ao retorno da compra antecipada da produção e 4.000, no terceiro ano.

10/ Órgãos do tipo Sociedade de Economia Mista, vinculados aos Governos Estaduais.

A coordenação nacional de elaboração e acompanhamento dos subprojetos depende do POLONORDESTE, da EMBRATER, da COBAL e da SUPLAN. A nível regional, está atuando a equipe de avaliação do Grupo Regional do POLONORDESTE e, a nível estadual, atuam as suas Unidades Técnicas.

4.6 — Metodologia e Papel da EMATER

4.6.1 — Assistência Técnica e Organização

Toda a atuação da extensão rural **deveria** ser baseada em duas premissas fundamentais: **acreditar** no homem do campo, isto é, visualizá-lo como uma pessoa com grande potencial, capaz de ser crítica, de criar e de transformar o seu mundo. A segunda é a de que esse homem é um **ser social** e, conseqüentemente, todo o trabalho de extensão deve ser feito a nível grupal e comunitário, e não a nível individual como acontece muitas vezes.

Por isto, pretende-se organizar esse homem, ou melhor, **prover os meios** para que ele se organize, progressivamente, a fim de que possa enfrentar os seus múltiplos problemas, que não são estanques. De fato, focaliza-se a atual marginalização dos agricultores de baixa renda como um processo, e não como uma soma de problemas ou fatores atuando isoladamente (SUPLAN(19)).

Daí, surge a necessidade de possibilitar a organização dos agricultores de baixa renda, em pequenos grupos de 15 pessoas, aproximadamente, onde um apreciável nível de interação poderá ocorrer. A dinâmica e a interação desse tipo de grupo, tendo um orientador (agricultor) como moderador, levam os participantes a descobrir o seu mundo, a perceber os seus problemas e a encará-los de maneira crítica, a captar mais claramente as contradições do seu universo e de suas relações quotidianas; a desenvolver o seu espírito crítico e a sua imaginação criativa, identificar as causas estruturais dos problemas para, aos poucos, buscar e talvez achar as soluções próprias, pelo menos temporárias, para alguns de seus problemas. Assim, poderão transformar gradativamente o seu "pequeno mundo" e, dessa maneira, participar da sua comunidade e da sociedade em que estão inseridos.

Ademais, um grupo de número reduzido de indivíduos favorece, além da participação de cada um, o surgimento das lideranças e da ajuda mútua. Desse modo, presenciamos uma extensão rural dinâmica e um autêntico trabalho educativo, porque, como esclarece o relatório final e oficial do grupo de trabalho, sobre agricultores de baixa renda, temos "Agricultores capacitando agricultores. Uma educação sem barreiras de comunicação. De igual a igual, sem a dicotomia professor-aluno, sem verticalidade na concepção e na ação educativa. Estar-se-ia superando, também, a dicotomia entre a teoria e a prática e mais, propiciando o início de um processo verdadeiro de educação, onde as pessoas se educam entre si, em face de sua realidade concreta, que os desafia com seus problemas e que, em conjunto, terão de superar". (SUPLAN(19)).

Deseja-se que esses grupos de 15 agricultores, ou um pouco mais, tenham uma interação entre si a fim de que, gradativamente, possam formar uma entidade maior e viver uma situação de pré-cooperativismo. Mais tarde, esses agricultores poderiam criar um tipo de associação que seja representativa da problemática do seu estrato social. Seria pretensioso e paternalista querer definir ou prever o que serão essas associações; só o tempo nos dará esta resposta; sabendo que, em última análise, serão os próprios agricultores que, utilizando a sua criatividade, decidirão o que é mais lógico e coerente para si^{11/}.

De modo paralelo, é evidente que os órgãos de classe, como, por exemplo, os sindicatos rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), deveriam ter um papel preponderante nas diversas fases do processo de organização.

O desempenho do orientador e do técnico agrícola será um ponto crítico, no início do processo de organização, porque cada um deveria ser, de fato, um educador no sentido verdadeiro da palavra. Segundo a EMBRATER, os critérios de seleção dos orientadores são os seguintes: a) ser produtor rural ou filho de produtor, b) ser aceito pela sua comunidade, c) saber ler e fazer as quatro operações, d) ter entre 20 e 40 anos de idade. Esse orientador decidirá aproximadamente a metade do tempo do seu trabalho mensal, para atuação junto aos grupos, sendo remunerado pelo serviço prestado. Atenderá, inicialmente a três grupos de 15 agricultores cada um. Receberá um treinamento inicial mais prolongado e outros esporádicos, conforme as necessidades.

O técnico agrícola será também treinado, em fases sucessivas, a fim de poder integrar, progressivamente, a filosofia e as diversas etapas da ação empreendida. Ele terá, sob a sua responsabilidade três orientadores, isto é, 135 agricultores, aproximadamente. Finalmente, o que é válido para o técnico agrícola também o é para o engenheiro agrônomo; sua atuação se entenderá a dez técnicos agrícolas, somando inicialmente cerca de 1.350 agricultores.

Os mencionados treinamentos são cruciais porque é um fato conhecido que no passado — e ainda freqüentemente hoje em dia — a extensão rural atendia sobretudo os médios e grandes proprietários, usando uma metodologia de trabalho a nível individual. Devemos ter a coragem de reconhecer que não será fácil mudar a mentalidade de quem trabalhou durante anos com essa população e metodologia; daí, surge a necessidade de freqüentes treinamentos, os quais serão também muito importantes para os novos extensionistas, a fim de que assimilem integralmente a filosofia da atuação proposta e a sua dimensão-chave,

11/ Uma opção na linha das cooperativas, como estão estruturadas hoje em dia no Nordeste, não parece muito viável, porque, na maioria das vezes, elas estão concebidas como empresas comerciais, buscando maximização de resultados financeiros e resolvendo pouco a problemática dos pequenos produtores rurais, sobretudo dos parceiros arrendatários e parceiros (CONTAG (7)).

isto é, a **organização** dos pequenos produtores. Sem uma assimilação pessoal dessa nova visão, o programa poderá facilmente fracassar, servindo até para reforçar o "status-quo" ou o sistema, como um todo, beneficiando sobretudo os interesses já privilegiados.

4.6.2 — **Integração e Plano Operacional**

Uma dimensão importante do trabalho de extensão e organização é o desejo de unificá-lo, a nível de cada um dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRI). Inicialmente, pretende-se atingir os agricultores de cada subprojeto mas, no decorrer do tempo, a metodologia aqui apresentada deverá abranger toda a área de cada PDRI. Dessa maneira, procurar-se-á disseminar as idéias básicas dos subprojetos e integrar as ações da extensão. Finalmente, toda a atuação será discutida e repensada a **partir da prática** e, se necessário, reformulada, tentando ir sempre além do que foi pensado, e se esforçando por descobrir novos horizontes.

No que se refere ao plano operacional, o período julho/agosto é reservado para a seleção e o treinamento dos técnicos agrícolas e dos engenheiros agrônomos contratados pelas EMATERS^{12/} usando-se, nos treinamentos, os estudos já existentes sobre a área. Nos meses seguintes será feita a seleção dos agricultores de baixa renda, a formação dos grupos, a seleção e o treinamento dos orientadores e, sobretudo, o início do trabalho de reflexão e educação acima descrito. Finalmente, em janeiro de 1978, conforme a realidade pluviométrica de cada Estado, começará a compra antecipada da produção.

4.7 — **Metodologia e Papel das CIDAs**

Inicialmente, devemos dizer que as CIDAs dos quatro Estados focalizados aceitaram participar integralmente dos subprojetos apresentados. Devemos também frisar que o trabalho das CIDAs é grupal e sempre em conjunto com o das EMATERS. Estes dois órgãos participaram da elaboração dos subprojetos e da formulação dos planos operacionais de cada Estado.

Todos sabemos que o pequeno produtor rural — proprietário ou não — é vinculado por fortes **laços de dependência** a diversos níveis, dois dos quais são relacionados com o fornecedor não institucional do crédito e com a comercialização final da produção.

Diante dessa situação, decidiu-se implementar um novo mecanismo que possibilitará uma diminuição das relações de dependência do pequeno produtor, em face de diferentes classes sociais. Num documento específico sobre o assunto, a COBAL definiu a compra antecipada da produção, como sendo uma "função

12/ Em Pernambuco, este trabalho já está sendo feito.

similar à exercida pelo bodegueiro, antecipando recursos financeiros, mediante prévia assinatura de um contrato que estabelecerá as normas de liberação das diversas parcelas de valores, com base no planejamento elaborado pela EMATER, por conta da produção esperada pelo beneficiário" (COBAL(4)).

Em seguida, baseado no trabalho grupal da EMATER, haverá reuniões de grupo, onde cada um assinará um contrato oficializando a compra, como exemplifica o anexo deste trabalho. De fato, a CIDA proporcionará, sem juros, 70% do valor da produção do milho, 80% da de feijão e 90% da de algodão e garantirá a compra da produção ao valor de, pelo menos, o preço mínimo, através de pólos de compra que atingirão cada PDRI. Se um agricultor obtiver um preço melhor com terceiros, poderá vender-lhes a sua produção, sendo que os preços mínimos são geralmente muito baixos. De qualquer forma, espera-se que possa guardar a maior parte de sua produção durante alguns meses antes de vendê-la, esperando preços melhores.

A liberação dos recursos estabelecidos em cada contrato será efetuada em três parcelas. A primeira, no valor de 40% do contrato, será entregue antes do plantio por meio de cheque ou seu equivalente e, portanto, sem qualquer tipo de dependência da CIDA. Haverá duas outras parcelas no valor de 30% cada uma, conforme o anexo.

Considerando os Cr\$ 70 milhões dos recursos disponíveis em 1977, cerca de 80% serão alocados, para a compra antecipada da produção, 5% para as instalações e operações das bases físicas das CIDAs e 15% para assistência técnica e a organização dos produtores. Estima-se um retorno de 80%, aproximadamente, sobre os recursos investidos, na compra antecipada^{13/}, e este montante será acrescentado aos recursos já existentes para 1978.

De fato, calcula-se que, em média, os contratos de cada agricultor oscilarão entre Cr\$ 5.000 e Cr\$ 8.000, conforme a realidade de cada Estado. O teto máximo de um contrato é de 15 vezes o maior valor de referência (MVR), isto é, Cr\$. 13.165,00.

No que concerne às suas outras funções, a CIDA comprará os excedentes da produção nos PDRI no fim do ano agrícola, tanto dos participantes como dos não

13/ É certo que ninguém pode prever, com segurança, qual será o percentual exato deste retorno e, de fato, este dado é muito controvertido. Considerando que está sendo implementado um mecanismo novo, só a experiência dirá, mais uma vez, qual será exatamente este percentual. De qualquer forma, não devemos esquecer que o trabalho de extensão e organização acompanhará todos os passos dos pequenos grupos, numa perspectiva de educação de base que diminuirá os claros riscos dos subprojetos, em termos de retorno do financiamento de valor da produção. Ademais, a CIDA liberará a segunda parcela do contrato, somente quando receber o laudo do técnico da EMATER, aprovando a liberação. Finalmente, em cada Estado a COBAL terá um agente, acompanhando os diversos passos da compra, além da coordenação da região e da coordenação central.

participantes dos subprojetos, e lhes venderá insumos, ferramentas e equipamentos para agricultura.

A última importante dimensão da atuação descrita é a seguinte: decidiu-se entrosar nos subprojetos um número maior de agricultores do que os futuros beneficiários da compra antecipada, considerando a escassez dos recursos. Então, pequenos produtores com acesso ao crédito institucional — como, por exemplo, o crédito do POLONORDESTE — poderão participar do processo de organização implementado no decorrer da ação. Esta perspectiva permite entrosar, dentro de uma efetiva interação e educação de base, um maior número de agricultores, acelerando, assim, o ritmo do processo de mudança, e favorecendo uma reflexão baseada numa experiência diversificada.

Finalmente, a atuação proposta visa a obter o maior apoio institucional possível. Assim, as EMATERs e as CIDAs usarão diversos instrumentos de política agrícola, e contarão com a colaboração específica e eficiente de muitas outras entidades, além das cooperativas^{14/}.

4.8 — **Perspectiva Crítica**

É óbvio que os projetos como um todo não devem se limitar ao mecanismo da compra antecipada da produção e que outras medidas paralelas devem ser tomadas, senão este tipo de atuação pode chegar a ser um mecanismo a mais reforçando o sistema e beneficiando os intermediários e os grandes proprietários; deste modo, estimularia a atual drenagem da renda da agricultura para outros setores de atividades e para as cidades, sem falar do estímulo à tendência natural da nossa economia de mercado, no sentido de concentrar capital, sobretudo no Sudeste do País ^{15/}.

Conseqüentemente, de um lado, fica bem clara a necessidade de se prover os meios para que os pequenos produtores possam se organizar. Deve-se pensar em novos mecanismos para contrabalançar os possíveis desvios ou efeitos negativos dos projetos tentando, por exemplo, fortalecer entidades que possam comercializar a produção dos pequenos agricultores a preços vantajosos para eles. Nas regiões onde existem cooperativas defendendo os interesses dessas classes, seria importante integrá-las ao processo descrito, tentando fortalecê-las. Ademais, precisa-se dar continuidade aos Projetos a fim de que as intervenções continuem após os três anos inicialmente previstos.

14/ Algumas dessas entidades, são: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Comissão de Financiamento da Produção (CFP), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural (COMCRED), Banco do Brasil S/A (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

15/ Muitas vezes, às custas do Nordeste.

De um outro lado, sabemos que a presente estrutura fundiária gera diversos obstáculos para os projetos em implementação e que um componente vital da vida do homem do campo é o acesso à terra. Uma possível maneira de dar a esse homem acesso à terra, nas atuais condições econômico-políticas vigentes no País, seria através do **fundo de terras** que está sendo implementado nas áreas e com os recursos do POLONORDESTE em Sergipe. Esse fundo, gerado pela Companhia Agrícola de Sergipe (COMASE), objetiva a aquisição de áreas, para fins de redistribuição, através do sistema cooperativista estadual e nas áreas de atuação das cooperativas. Então, o fundo, de caráter rotativo, permitirá o acesso à terra a centenas de produtores rurais sem terra. Este tipo de ação deveria ser implementado nas áreas onde o Programa de Promoção aos Agricultores de Baixa Renda atuará. Assim, o movimento migratório, de tipo expulsivo, diminuiria e, ao mesmo tempo, o pequeno produtor teria uma motivação para melhorar os seus métodos de cultivo e para usar uma outra tecnologia. Quem não tem acesso à terra e deve sempre mudar de lugar de plantio tem pouco interesse em nova tecnologia; este fato provoca o declínio na produtividade das lavouras vinculadas ao mercado interno, como é o caso do Nordeste.

Uma outra intervenção que poderia abrir novos horizontes para a ação esboçada seria a criação de uma nova tecnologia, gerada pela EMBRAPA, especialmente adaptada aos pequenos produtores a fim de que não sejam vítimas dos riscos associados ao plantio de milho e, sobretudo, do feijão, no sertão nordestino; o cultivo do sorgo, da mamona, do feijão-da-índia e outras culturas nas áreas de plantio dos pequenos produtores, paralelamente a um real acesso ao crédito institucional do qual se beneficiam outras classes, daria mais estabilidade às suas lavouras.

Finalmente, uma tributação progressiva sobre latifúndios poderia, quem sabe, diminuir um pouco algumas distorções atuais do setor primário.

5. PROJETO SERGIPE: DADOS PRELIMINARES

5.1 — O Projeto

Existem muitos Projetos de promoção de agricultores de baixa renda no Brasil, como um todo. No próprio Nordeste, podemos mencionar, dentre outros, três projetos financiados e coordenados pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), e implementados por outras instituições. Um é o "Projeto Experimental de Comercialização da Produção de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda do Estado da Paraíba", iniciado em meados de 1977, pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba (CIDAGRO), atuando basicamente ao nível da compra de excedentes.

Dois outros Projetos são implementados pela EMBRATER e EMATERs. Um atua em oito Estados nordestinos. O outro intitulado "Projeto de Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas de Baixa Renda, em Sergipe", abrange 12 municípios, em seis dos quais foi efetuada a compra antecipada da

produção. O Projeto começou a ser implantado, em janeiro de 1977, quando se iniciou o trabalho de assistência técnica e organização dos produtores. Em abril, foram feitos os planos de produção simplificados de cada agricultor em função da compra antecipada da produção, efetuada em maio pela própria COBAL, o que nos permitiu, em junho, após uma visita à área, compilar alguns dados muito preliminares.

5.2 — Dados

Em Sergipe, 797 planos de produção simplificados foram aprovados pelos técnicos agrícolas e pelos responsáveis da COBAL que assumiu diretamente a função da compra antecipada. O financiamento total foi da ordem de Cr\$ 5.847.000,00, o que significa que o agricultor beneficiário vendeu antecipadamente produtos num valor médio de Cr\$ 7.336,00, sendo os valores extremos Cr\$ 1.550,00 e Cr\$ 12.760,00, respectivamente. Esses recursos proporcionaram, em média, ao produtor, a implantação de um pouco mais de dois hectares de milho, feijão e algodão, além de uma outra área, de tamanho mais ou menos igual, plantada com recursos próprios ou com outro tipo de financiamento. Comparada com os anos anteriores, a área plantada por produtor **duplicou**, em termos globais, graças basicamente, ao novo financiamento, o que é muito significativo.

Os produtores integrados no Projeto se compõem essencialmente de cinco categorias, sendo por ordem de importância: proprietário-arrendatário, proprietário, arrendatário, parceiro e posseiro. Assim, a maior parte da nova área plantada foi arrendada ou de parceria. De fato, muitos pequenos proprietários, de um lado, tinham ou plantaram pastagens para algumas cabeças de gado próprias ou para arrendá-las, sendo que o capim dá mais estabilidade e, quem sabe, "status" social; de outro lado, esses proprietários arrendaram terras de outros a fim de plantar milho e feijão, assumindo a responsabilidade contratual de, no fim da safra, implantar pastagens nas áreas, arrendadas para o gado do patrão. Muitos desses proprietários-arrendatários não arrendavam terras antes do início do projeto e outros aumentaram a área arrendada.

No que tange aos não proprietários, diversos se transformaram de assalariados permanentes em pequenos produtores, enquanto outros duplicaram a área plantada nos anos anteriores, utilizando mais intensamente os latifúndios da região, e plantando mais pastagens para os pecuaristas.

Finalmente, devemos observar que no caso das pequenas famílias, a maior parte da primeira parcela da compra antecipada da produção foi utilizada para fins de plantio — aluguel de trator, aquisição de sementes, defensivos etc. — e a menor parte para a compra de alimentos, remunerando, dessa forma, a força-de-trabalho investida. No que concerne às grandes famílias, as quais não contrataram ocasionalmente um trabalhador assalariado, nem alugaram trator, tudo indica que a metade da primeira parcela serviu para pagar o seu trabalho e foi investida, na sua maior parte, em alimentação; a outra metade serviu para o plantio.

5.3 — Possíveis Conseqüências

Evidentemente, é um pouco prematuro querer perceber o real impacto que terá o “Projeto de Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas de Baixa Renda, em Sergipe”, sobretudo no que diz respeito às relações de produção e de trabalho, entretanto, um primeiro esforço analítico deve ser feito, estando consciente de que o “pensar” deve ser sempre reformulado a partir da “prática” e do dinamismo das mudanças e não o contrário.

Nos seis municípios onde houver compra antecipada da produção, a área plantada em 1977 duplicou comparada com a dos anos anteriores. Este fato leva a diversas conseqüências positivas e negativas. Duplicando a área plantada, o produtor emprega muito mais mão-de-obra familiar, produz mais alimentos, come mais e, conseqüentemente, melhora o seu estado nutricional e, em parte, o seu nível de vida. A simples leitura do título do Projeto demonstra que o aumento da área plantada vai permitir alcançar duas de suas dimensões básicas: aumento da produção de alimento e melhoria do estado nutricional. Um outro aspecto positivo é o seguinte: o agricultor que produz mais milho e feijão vai obviamente consumir uma maior quantia, mas comercializará também um maior volume e por isso elevará a sua renda.

Entretanto, o aumento da área plantada pode também ter resultados negativos. Primeiramente, enquanto, no passado, o latifúndio criou o minifúndio, hoje esse permite a sobrevivência daquele. Assim, uma maior procura de terra e a presença de um maior número de minifúndios arrendado dentro dos latifúndios, podem sustentá-los e até fortalecê-los, permitindo-lhes crescer, o que consideramos negativo. Em segundo lugar, sabendo que a mais freqüente forma de arrendamento é o plantio das pastagens para o gado do patrão, pode se deduzir que uma maior área arrendada significa mais capim, mais gados, aumento da área da pecuária, e, em uma palavra, a aceleração de um processo já existente, a “pecuarização” do Sergipe. Em terceiro lugar, a maior demanda de terra para arrendar pode favorecer o aumento dos aluguéis e um processo de especulação, sendo positivo para o latifundiário ou o pecuarista, mas sendo ruim para o homem que não tem acesso à terra ou possui poucos hectares de terreno. Finalmente, o processo desencadeado na região pode estimular uma acelerada mecanização, com diversas conseqüências, em termos de mão-de-obra.

Focalizando uma dimensão crucial, a força-de-trabalho, podemos observar que a “pecuarização”, a mecanização e o aumento do preço do aluguel das terras estimulam a liberação da mão-de-obra, isto é, expulsam o homem de seu meio e o forçam a migrar para as cidades para poder vender a sua força-de-trabalho. É claro que outros fatores como a pressão demográfica, o subemprego de todos os tipos, a minifundização das terras etc., favorecem o processo migratório, no sentido da expulsão e não da atração, entretanto, como todas as dimensões importantes da realidade, a força-de-trabalho aqui analisada tem diversas facetas e é cheia de contradições. De fato, contrariamente ao que se poderia pensar, tudo parece indicar que existe uma real escassez de mão-de-obra, na área do Projeto

durante os meses que vão do plantio até a colheita, sobretudo no início do ano agrícola, embora não se deva esquecer que nos meses de entressafra o desemprego e subemprego são grandes, sem dúvida. Esta escassez da mão-de-obra é produzida por diversos fatores, sendo que um deles ocorre, porque o produtor, plantando maior área, trabalha mais nela, e, conseqüentemente, tem menos tempo disponível para vender a sua força-de-trabalho. Outro elemento de explicação é o seguinte: há mais dinheiro circulando na região do que nos anos anteriores, em conseqüência dos recursos da compra antecipada da produção e da **aposentadoria rural**. Assim, os agricultores precisam trabalhar menos tempo, em terra alheia, para poder sobreviver. Outro aspecto da problemática é que diversos pequenos produtores, com pouca mão-de-obra familiar, contrataram ocasionalmente os serviços de parentes ou de terceiros, assalariados temporários ou permanentes; dessa forma, sobrava muito pouca mão-de-obra disponível para os grandes proprietários^{17/}.

Mas não devemos valorizar demais os fatores mencionados, sobretudo sendo ciente de que os produtores atingidos pela compra antecipada não totalizam mais de 10% dos pequenos produtores dos seis municípios, embora em algumas áreas de um município estejam mais concentrados, e por isso experimentaram maior impacto. Uma das mais importantes causas da escassez de mão-de-obra, está relacionada com o nível estrutural, isto é, o complexo latifúndio-minifúndio não só estimula a expulsão do homem do seu ambiente, como favorece também a expansão do latifúndio, a pecuarização do Estado, forçando o homem a migrar, **ida e volta**, num processo de grande mobilidade horizontal e provocando a falta de força-de-trabalho durante diversos meses. À essa dimensão estrutural, deve-se acrescentar, como fator secundário, a seca de 1976 e a exagerada abundância de chuva em 1975, nas áreas do Projeto.

Muitos dos fatores mencionados contribuíram, em diversos graus, para que houvesse um significativo aumento da diária dos assalariados, naquele ano, um fato positivo que beneficiou não só as classes do projeto, mas também os que são marginalizados pelo sistema, isto é, os assalariados permanentes e os temporários, entretanto, esse alto salário para a área, entre Cr\$ 25,00 e Cr\$ 30,00 diários, é muito baixo, de qualquer forma, porque ele é principalmente determinado pela produtividade das pessoas ocupadas nos minifúndios e sabemos que a produtividade e a renda desses produtores são muito baixas.

Uma conseqüência negativa da escassez de mão-de-obra pode ser a aceleração do processo de pecuarização.

No que se refere aos possíveis efeitos do Projeto sobre as diversas classes atendidas, é provável que os pequenos proprietários sejam os mais bem sucedidos

^{17/} Durante novas viagens pela área do Projeto, ouvimos um desses proprietários se queixando da falta de mão-de-obra, e afirmando que tinha que pagar o preço "absurdo" de Cr\$ 25,00, por dia, com alimentação para um bóia-fria.

porque, através da estabilidade que lhes trouxe o Projeto, poderão possivelmente plantar mais lavouras no lugar das pastagens, sobretudo se estiverem encorajados a plantar novas culturas mais seguras no semi-sertão ou no sertão, como o sorgo, e se uma tecnologia própria para eles for pesquisada e transmitida. A situação dos arrendatários e dos parceiros continua sendo mais precária do que a dos pequenos proprietários, embora os seus laços de dependência, em termos de financiamento da produção, diminuiu com o Projeto. Mas é possível que os grandes proprietários e os intermediários obtenham maiores lucros, às custas desses produtores e, em última análise, do Projeto.

Por estas razões e diversas outras, no decorrer do tempo, novos mecanismos deveriam ser criados, a fim de contrabalançar as conseqüências negativas do Projeto e a tendência natural à concentração de riqueza e do poder. Mecanismos estruturais, tipo fundo de terras, deveriam ser contemplados.

Em face de todas as observações anteriores, o que dizer da organização dos produtores? Realmente, após poucos meses de atuação, é ainda cedo para visualizar e analisar os resultados dessa iniciativa, entretanto, já se nota entre eles um nítido desejo de solucionarem, de maneira **própria** e **comunitária**, alguns dos seus problemas mais imediatos. É assim que, por exemplo, alguns grupos já iniciaram a construção de minipostos de saúde com a participação, não só dos membros dos grupos já formados, mas também de outros da comunidade local.

Finalmente, se de um lado, a compra antecipada pode afetar as antigas relações de produção, por causa da expansão das novas áreas plantadas, de toda a problemática da força-de-trabalho e dos fatores estruturais, de um outro, o processo de organização pode despertar os pequenos produtores, no que tange à sua situação de dependência e a apropriação de um significativo excedente produzido pelo seu trabalho; estes fatores, além de outros combinados entre si, podem favorecer uma possível e lenta mudança, nas relações de produção e trabalhos existentes, e, a médio prazo, levar a uma certa substituição das relações sociais prevalescentes.

6. CONCLUSÃO

Os Projetos de promoção de pequenos produtores, aqui apresentados, trazem alguns benefícios reais para o homem do campo, apesar de suas diversas limitações — sendo uma delas o pequeníssimo número de produtores atingidos, considerando toda a população dos pequenos produtores nordestinos. A atuação inicia-se pode representar certa conquista para o trabalhador rural participando dos Projetos, porque lhe propicia um meio para diminuir os numerosos laços de dependência prevalescentes durante décadas, e para elevar um pouco o seu atual nível de vida, entretanto, os cientistas sociais sabem que, em certos tipos de sociedade, é grande a resistência à mudança, e que nelas todo processo de transformação se faz lentamente, em virtude de vários fatores estruturais e culturais. Muitos estão conscientes de que, sem alterar a estrutura fundiária, por exemplo, vários tipos de relações sociais permanecerão, portanto, não podemos nos iludir

djante do impacto dos Projetos apresentados. Devemos, por um lado, ser bastante honestos e lúcidos para reconhecer a fragilidade e as liimitações da ação iniciada e, por outro, permanecer confiantes no homem do campo, nas suas potencialidades e na sua criatividade, quando surgir a oportunidade para exercê-las. Não podemos esquecer que a intervenção em foco representa um passo entre mil outros, dentro de um processo global de transformação. Só a história poderá nos revelar em que consistirão os novos arranjos nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade agrária brasileira de amanhã.

7. LITERATURA CITADA

01. BISERRA, José Valdeci. **Utilização do crédito rural pelos agricultores de baixa renda do sertão central do Ceará**. Fortaleza, Departamento de Economia Agrícola da U.F.C., 1976.
02. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO CEARÁ (CEPA/CE). **Subprojeto de apoio aos pequenos produtores**. Fortaleza, CEPA/CE, 1977.
03. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DA PARAÍBA (CEPA/PB). **Subprojeto de organização rural e comercialização da produção de agricultores de baixa renda — Serra do Teixeira**. João Pessoa, CEPA/PB, 1977.
04. COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS (COBAL). **Programas de promoção de agricultores de baixa renda**. Documento básico. Brasília, COBAL, 1977.
05. COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DA PARAÍBA (CIDAGRO). **Projeto-piloto de comercialização agrícola**. João Pessoa, CIDAGRO, 1977.
06. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Questões agrárias: Estatuto da terra e decretos regulamentadores**. Brasília, CONTAG, 1973.
07. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Subsídios da CONTAG para o seminário sobre a agricultura de baixa renda**. Brasília, CONTAG, 1975.
08. DUARTE, João Carlos e ORIOVALDO Queda. **"Agricultura e acumulação"**. *Debate e Crítica*, 2,1:90-97. 1974.
09. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Seminário sobre promoção de produtores rurais de baixa renda**. Brasília, EMBRATER, 1976a.
10. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Diretrizes gerais da EMBRATER para os projetos de promoção de agricultores de baixa renda no Nordeste**. Brasília, Embrater, 1976b.
11. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Projeto Experimental de produção de alimentos e melhoria do estado nutricional em áreas de baixa renda em Sergipe**. (Reformulações). Brasília, EMBRATER, 1976c.
12. INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN). **Parecer técnico sobre o programa de promoção de agricultores de baixa renda**. Brasília, INAN, 1976.
13. INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN) E EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER). **Projeto Produção de alimentos e nutrição em áreas rurais de baixa renda no Nordeste**. Brasília, INAN e EMBRATER, 1975.
14. INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN). **Projetos de produção de alimentos e melhoria do estado nutricional em áreas de baixa renda em Sergipe**. Brasília, INAN e EMBRATER, 1976.
15. JORDÃO FILHO, A. **Determinantes da renda familiar, em áreas de agricultura de subsistência no Estado de Sergipe**. Viçosa, U.F.V. (Tese de Mestrado). 1976.
16. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS INTEGRADAS DO NORDESTE (POLONORDESTE). **Rural Norte PDRI/Algodão Arbóreo, Fase I. Promoção de pequenos agricultores**. Natal, POLONORDESTE, 1977.
17. SÁ Jr., Francisco. **"O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência"**. Seleções CEBRAP 1:79-134.

18. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEPLAN). **Programa de promoção de agricultores de baixa renda: Relatório do grupo de trabalho criado por solicitação do INAN.** Brasília, SEPLAN, 1977.
19. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SUPLAN). **Relatório final do grupo de trabalho para promoção de agricultores de baixa renda.** Brasília, SUPLAN, 1976a.
20. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SUPLAN). **Programa de promoção de agricultores de baixa renda.** Brasília, SUPLAN, 1976b.
21. YOUNG, Douglas e KENTON, Corum. **"O impacto das políticas agrárias no tamanho das propriedades: um estudo no município de Caruaru no Agreste Pernambucano"**. IPEA: Boletim Econômico 3, 3:21-33, 1975.